



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Oriando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Marcos Alves e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Cláudio Romanelli, Renato Adur e Toti Colaço (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4º do Regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão. constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua

tramitação.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2465

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas em 1ª discussão ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões em 30.08.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 2463

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão Plenária, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Orisvaldo Teixeira de Mello, morto prematuramente aos 32 anos de idade, em desastre automobilístico, ocorrido no último 29.08.95 em Almirante Tamandaré, sendo o mencionado senhor funcionário da Prefeitura de Almirante Tamandaré.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à família enlutada à Av. Emílio Jonhson, 360, Almirante Tamandaré - CEP 83501-000.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Mônica, pelo transecurso do seu 3º aniversário, no próximo dia 10 de setembro/95.

Requer outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Valdenir Antônio Palmieri; ao vice-Prefeito Ademir Pereira dos Santos e a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA

É com muito orgulho que toda a população de Santa Mônica irá comemorar o 3º aniversário nesta significativa data de 10 de setembro.

Pelo trabalho diuturno, pela constante

Curitiba, quarta, em 30.08.95

dedicação, todo o povo de Santa Mônica é digno de nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vêm contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Parabenizamos também, nesta ocasião, o Prefeito Valdenir, que vem conquistando a confiança e a credibilidade de toda a população, através de um trabalho sério, responsável e honesto. Temos absoluta certeza que muito em breve Santa Mônica terá uma grande melhoria nas condições de vida de sua população.

Na constante busca de melhores dias, estarão edificando uma sociedade mais justa e mais humana.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, renova sua gratidão a toda população do Município de Santa Mônica, na certeza de que continuarão com a mesma garra o importante trabalho para o desenvolvimento cada vez mais acentuado de toda essa região.

REQUERIMENTO N° 2480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja convidado o Senhor Luiz Carlos Setim, Presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná, para que, usando da tribuna, venha expor as dificuldades pelas quais passa o setor no Estado do Paraná, face à prática de tributação adotada pelos Estados vizinhos, especialmente São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3469

SÚMULA: Requer o pronunciamento desta Casa de Leis, com o conseqüente envio de sua decisão aos Representantes do Estado do Paraná junto ao Congresso Nacional, objetivando ver garantido os direitos dos Servidores Públicos Aposentados, bem como de suas Pensionistas, ante as modificações pretendidas pela Emenda Constitucional que visa a Reforma Administrativa do Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, vem, respeitosamente,

CONSIDERANDO QUE,

As sociedades só encontram validade nos seus objetivos, por conseqüência, só formarão uma NAÇÃO, desde que sua elite tenha preocupações priorizadas com o vigor educacional de suas crianças e atendendo os conselhos e, principalmente, respeitando os direitos de seus idosos.

Em nossos embates e atenções no trato das coisas públicas, e também na participação no dia-a-dia como membro da sociedade brasileira, temos assistido e constatado que a elite política nacional, assentada em meandros burocráticos, tende a privilegiar agrupamentos de interesses econômicos, esquecendo que de nada adianta termos empresas fortes, quando a maior parte da população, padece de males crônicos e/ou de permanente ansiedade e depressão, portanto, vive em inexorável carência e infelicidade.

Neste diapasão, constatamos que, antes de tudo, na realidade se verifica, seguidamente, o desrespeito às pessoas, institutos e instituições, com o fito de se conseguir, demagogicamente, efêmeras melhoras conjunturais, quando, na verdade, as causas, da angustiosa realidade, está, indubitavelmente, na péssima estrutura de valores, precipuamente, daqueles que, tranvestidos em arautos e únicos executores de atos que possibilitem tornar os sonhos em realidade, abruptamente, esquecem direitos líquidos e certos, das crianças e idosos.

Entretanto, sabemos que o planejamento, a criação e o estabelecimento de instituições, organizações, enfim, de tudo que foi construído e hodiernamente temos, só se tornaram realidade, com trabalhos realizados por seres humanos e só se perpetuam, dentro da lógica do processo civilizatório, se vierem outros que continuem a prestarem serviços, objetivando a manutenção e melhora nas atividades da sociedade organizada.

Por isto, fica manifesto, que a validade de uma sociedade se fundamenta nas suas crianças e seus idosos; aqueles, porque são os prestadores dos serviços futuro e estes porque com seu trabalho construíram o presente para o futuro.

Para as nossas crianças, temos dobrados esforços, com o intuito de angariar recursos destinados aos órgãos que executam os programas de melhoria das condições das famílias carentes, visando atendimento aos menores abandonados.

Mas, no caso, a pretensão da nossa presente proposição é vir garantir direitos daqueles que fizeram, efetivamente, a organização do Estado, ou seja, o Servidor Público Aposentado e a sua Pensionista.

Nas sociedades que seguidamente tomamos como modelo e referência, assistimos, como valor fundamental, a "reverência", o "respeito", enfim, o "carinho" com que são tratados os seus aposentados.

Em país civilizado com valores a serem seguidos, os idosos e aposentados têm privilégios, ou seja, os seus direitos vêm antes dos outros. Isto ocorre porque se deve, e se tem consciência, que o atendi-

mento às nossas necessidades, só é possível, atualmente, porque as soluções foram pensadas, criadas, enfim realizadas por aqueles que nos antecederam.

Ainda, não se pode olvidar que, se não houver uma efetiva garantia, de que aqueles que trabalham nos serviços públicos tenham uma aposentadoria, e/ou uma pensão para os seus familiares, que lhes possibilitem um final de vida condizente, estar-se-á os induzindo para que se utilizem de outros meios para amealharem bens, com o intuito de lhes possibilitarem a satisfação de suas reais necessidades de saúde, alimentação, lazer, etc., quando estiverem aposentados ou quando faltarem aos seus familiares.

Assim, a garantia de uma aposentadoria ou pensão condizente, além de tudo, é o modo de fazer com os trabalhadores dos serviços do Estado, tenham condição de pensarem, efetivamente, no interesse público e no da população.

Por tudo isto é que quando da promulgação da nossa Constituição Federal, os Constituintes fizeram inserir dispositivos que visem garantir aos aposentados e pensionistas do serviço público garantias, com a finalidade de resguardar direitos que após uma vida ao serviço do Estado, venham se aposentar.

Especificamente dois parágrafos, o 4º e 5º, do art. 40, da Constituição Federal, estão a respaldar os direitos dos servidores aposentados e de seus pensionistas.

Tais parágrafos, "verbatimum", assentam:

"Art. 40 - ...

§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também, estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos e proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior."

A Constituição do Estado do Paraná, "do verbo ad verbum", nos parágrafos 3º e 4º, do art. 35, traz os mesmos dispositivos.

Portanto, o direito do aposentado de equiparar os seus proventos à remuneração dos funcionários ativos é um direito adquirido, líquido, certo e constitucional.

Ocorre que, a reboque da Emenda Constitucional que trata da Reforma do Es-

tado, os dispositivos supra especificados estão para ser "suprimidos" ou substancialmente alterados.

Assim, a princípio, a Emenda encaminhada, traz um parágrafo, o 6º do art. 9º, que pretende, abusivamente, consignar:

"§ 6º - As aposentadorias e pensões, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios serão reajustados para preservá-lhes o valor real, conforme critérios definidos em lei, sendo vedada a extensão aos inativos e pensionistas de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu aposentadoria ou de que resultou a pensão, não se podendo invocar direito adquirido, neste caso."

Nada mais esdrúxulo, dentro dos valores e princípios que fundamentam uma Constituição, inserir nela que, o funcionário público ou outra categoria, "não pode invocar direito adquirido."

"Sit venia verbo: sermo datur cunctis, animi sapientia paucis".

"Desculpe a expressão: a palavra foi dada a todos, a sabedoria a poucos".

Não poucas vezes se escutou que "os atuais aposentados e pensionistas não terão aranhões em seus benefícios", contudo, pelo supra tentado, fica óbvio que a intenção é exatamente o oposto, pois nem mesmo direitos adquiridos poder-se-á arguir.

Ocorre que, como portadores de Mandato Popular, como Representante de uma sociedade, não podemos nos omitir quando se pretende burlar direitos adquiridos, usurpar princípios de "Direito Natural", ou seja, o de definir que aqueles que trabalharam devam ter condições de ter um final de vida condizente.

Na Emenda Constitucional proposta ficam manifestos que os aposentados e pensionistas terão seus direitos acabrunhados, prostrados e castrados, ao "bel prazer" do portento do momento, que tudo sabe e tudo modifica, portanto, afigura-se que o nosso País está muito longe de se tornar uma Nação, porque aos idosos, aos que fizeram a história, continua a se entender e pretender que nada se deve e que eles tomem consciência de que são as causas dos maiores males permanentes com que se debate a sociedade brasileira.

Isto posto, só nos resta REQUERER que, após deliberação do Plenário, seja enviado aos representantes do Paraná no Congresso Nacional e aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados uma moção visando que o Congresso Nacional mantenha os direitos dos Servidores Públicos Apo-

Curitiba, quarta, em 30.08.95

sentados e de seus Pensionistas, nos atuais termos dos dispositivos constitucionais, parágrafos 4º e 5º, do art. 40, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2472

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Governador do Estado, Jaime Lerner, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, bem como ao Comandante Geral da Corporação de Corpo de Bombeiros do Paraná, Cel. Manuel Paredes Filho, no sentido de que seja destinado à Corporação do Corpo de Bombeiros do Município de Sarandi um caminhão equipado, para atender às necessidades contra incêndio naquele Município, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi é um dos municípios que mais cresce populacionalmente no Paraná. Conta hoje com mais de 70 mil habitantes, e com problemas diversos relativos à sua expansão populacional e habitacional.

Graves acidentes, com incêndio, têm ocorrido na BR-376, nas imediações de Sarandi, além de incêndios ocasionais na cidade e na área do Município, principalmente pelo excessivo calor reinante na Região e pelas grandes estiagens.

A Corporação de Corpos de Bombeiros de Sarandi precisa, urgentemente, de um caminhão de bombeiros devidamente equipado, para atender às necessidades do Município.

REQUERIMENTO N° 2464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, Eng. Leônicio Resende, solicitando estudos para a ampliação do sistema telefônico do Município de Inajá.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Inajá, contando atualmente com uma população de aproximadamente 3.500 habitantes, depende unicamente de uma central telefônica com capacidade para pouco mais de 50 assinantes.

Quase uma centena de interessados estão na fila, aguardando a instalação de novas linhas, para que também possam contar com os enormes benefícios do telefone.

Este é o apelo que a Prefeitura Municipal de Inajá está fazendo à TELEPAR, ao qual nos associamos através desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO N° 2466

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de colocar anti-pó e manilhamento na Rua Justo Bertinardi, no Jardim Ana Terra, em Colombo.

Nesta rua passa uma linha de ônibus e a poeira é insuportável, as valetas são a céu aberto, causando mau cheiro e a proliferação de animais e insetos nocivos à saúde.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2467

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de analisar o pedido feito pelos moradores do Bairro Uberaba de Cima, os quais solicitam que seja implantado o pré-primário, na Escola Estadual Alfredo Parodi, localizada na Rua Espiridião Kallus, 125, Jardim Centauro-Uberaba.

Para os moradores, a implantação do pré seria um grande benefício, tendo em vista que os pais não podem pagar escola particular e ficam várias crianças em casa sem aprendizado.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Adib Jatene, Digno Ministro da Saúde, solicitando a imediata convocação da X Conferência Nacional de Saúde para o primeiro semestre de 1996.

Solicita ainda, que se dê conhecimento deste ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde do Paraná, e aos Senhores Secretários Municipais de Saúde de Curitiba e Londrina.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 8142/90 reza que a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada 4 (quatro) anos, e, sabemos que a última se deu em

É necessário certa antecedência na convocação, para que os estados e municípios desencadeiem o processo de realização de suas conferências e da tirada de delegados para a Conferência Nacional.

Também é oportuno a realização da mesma para que possa a sociedade civil debater os problemas vivenciados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, principalmente o problema de financiamento, que leva a não implantação do mesmo.

REQUERIMENTO N° 2473

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Doutor Miguel Salomão, solicitando a redução de 12% para 7% da alíquota do ICMS nas operações interestaduais com gado e carne.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI

RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, exposição de motivos do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Deni Lineu Schwartz, mui digno Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja estudada uma fórmula de identificação dos senhores passageiros de ônibus das linhas regulares, que portam bagagem de mão e, cujas bagagens são transportadas no interior dos veículos, para que se possa identificar em caso de fiscalização por parte da Receita Federal ou da Polícia Federal.

Requer, ainda, que o estudo seja realizado com a devida urgência por parte do DSTC - Departamento de Serviços do Transporte Coletivo, para se sanar uma deficiência das mais importantes no setor.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, visa solucionar um dos mais graves problemas que ora se encontra no Transporte Coletivo Intermunicipal e Interestadual, pela deficiência atual no sistema. No presente, quando a fiscalização intercepta um ônibus, principalmente de turistas, com o objetivo de impedir o contrabando ou o tráfico de drogas, a sua maior dificuldade é identificar o proprietário de uma bagagem de mão.

Normalmente, o proprietário da bagagem (em caso de conter alguma irregularidade) pura e simplesmente diz desconhecer o seu dono, razão que leva o processo a se estender por várias horas, causando um enorme contratempo e horas desagradáveis espera, por parte de pessoas que normalmente nada têm a ver com o ocorrido.

Para tanto, faz-se necessário que o DSTC, órgão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, encarregado da fiscalização do transporte coletivo, seja breve na criação deste sistema que venha a identificar os proprietários de bagagem de mão, que são transportadas no interior do veículo. Isto feito, acabará o problema de busca de pessoas que fazem o transporte de mercadorias irregulares (contrabando e tráfico de drogas), bem como apressará o processo de liberação das pessoas que nada tem a ver com o ocorrido, e normalmente, ficam horas a fio, aguardando o trabalho da fiscalização ou do policiamento especializado.

Acreditamos também, que a criação deste sistema de identificação, levará à inibição deste serviço ilegal, pois os infratores pensarão várias vezes antes de tentar. Falo isso, por ter vivido uma experiência muito desagradável, neste dia (30.08.95), aguardando a liberação de um ônibus, que parado pelo pessoal da fiscalização, demorou horas para a sua liberação.

O Deputado que este subscreve, poderia ter sido facilmente liberado, devido à sua imunidade parlamentar, porém não o fez, em função de tomar conhecimento do processo, para sugerir nesta data uma solução definitiva para o problema.

REQUERIMENTO N° 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Delegado do Ministério da Fazenda, Superintendência da Receita Federal, solicitando providências no sentido da intensificação da fiscalização em veículos que trafegam nas rodovias do Paraná, principalmente, os de transporte coletivo, que vão e voltam da região de Foz do Iguaçu, e região fronteira com o Paraguai e Argentina, para coibir o transporte de contrabando e o tráfico de drogas.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se prende ao fato de que a existência de transporte ilegal de mercadorias, procedentes do Paraguai e Argentina, principalmente, do primeiro País vizinho, e, o aumento do

Curitiba, quarta, em 30.08.95

contrabando de drogas com procedência dos países fronteiriços, estão a exigir uma ação mais drástica das nossas autoridades federais. Sabemos das dificuldades existentes em termos de pessoal, porém, acreditamos na necessidade até de um sacrifício para se coibir esta espécie de transportes de coisas ilegais. Tendo vivenciado experiências pessoais nestes dias, presenciando fatos desagradáveis no transporte coletivo, em suas linhas regulares, é que o Deputado que subscreve o presente, solicita a intensificação da fiscalização por parte da Receita Federal.

REQUERIMENTO N° 2478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Senhor Delegado Chefe da Superintendência da Polícia Federal no Paraná, solicitando que sejam enviados todos os esforços possíveis, no sentido de intensificar a fiscalização em veículos que trafegam pelas rodovias do Paraná, principalmente, os de transporte coletivo, que vão e voltam de Foz do Iguaçu, e região fronteira com o Paraguai e Argentina para coibir o transporte de contrabando e o tráfico de drogas.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se prende ao fato de que a existência de transporte ilegal de mercadorias, procedentes do Paraguai e Argentina, principalmente do primeiro País vizinho, e, o aumento do contrabando de drogas com procedência dos países fronteiriços, estão a exigir uma ação mais drástica das nossas autoridades federais.

Sabemos das dificuldades em termos de pessoal que vive a nossa eficiente Polícia Federal, e o excelente trabalho que vem desenvolvendo, porém, acreditamos na necessidade até de um sacrifício pessoal na tentativa de inibir esta espécie de comércio ilegal.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 047/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizado a realização do plebiscito para a criação do Município de Sede Progresso, desmembrado dos Municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê.

Art. 2° - O novo município terá os seguintes limites e confrontações:

a) Com o Município de Dois Vizinhos:

Inicia na estrada PR-180 no divisor de águas entre o córrego Lajeado e o rio Dois Vizinhos, segue por este divisor até encontrar a cabeceira do arroio Bonito, desce por este até sua foz no rio Vista Alegre, desce por este até encontrar um afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pelo divisor de águas entre os rios Vista Alegre e Empossado até encontrar a cabeceira do córrego Limeira, desce por este até sua foz no rio Vista Alegre, desce por este até sua foz no Lajeado Grande, desce por este até encontrar a Estrada PR-469.

b) Com o Município de Verê:

Inicia no encontro do Lajeado Grande com a estrada PR-469, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada de acesso à localidade de Alto Verê, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar um afluente do rio Roncador, desce por este até sua foz no rio Roncador, desce por este até sua foz no rio Viri, sobe por este até o segundo afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudeste até encontrar a cabeceira de um afluente do rio Marrecas, desce por este até a divisa dos lotes 48 e 50 da Gleba 103 FB.

c) Com o Município de Itapejara do Oeste:

Inicia no afluente do rio Marrecas na divisa dos lotes 48 e 50 da Gleba 103 FB, desce por este até sua foz no rio Marrecas, sobe por este até a foz do rio Concórdia.

d) Com o Município de Francisco Beltrão:

Inicia no ribeirão Marrecas na foz do rio Concórdia sobe por este até o primeiro afluente antes da cabeceira à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Norte até encontrar a cabeceira do afluente à margem direita do rio Vista Alegre, desce por este até sua foz no rio Vista Alegre.

e) Com o Município de Enéas Marques:

Inicia na foz do afluente à margem direita do rio Vista Alegre, desce por este até a foz do segundo afluente à margem esquerda do rio Vista Alegre, sobe por este até sua cabeceira na Estrada PR-180, segue por esta na direção geral Norte até encontrar o divisor de águas entre o córrego Lajeado e o rio Dois Vizinhos.

MEMORIAL DESCRITIVO
PERÍMETRO URBANO DE SEDE PROGRESSO
LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Lotes 69, 66, 28, 53, 60 e 54 da Gleba n° 94-FB.

LESTE: Gleba n° 105-FB, Gleba n° 104-FB e lotes 158 e 23 da Gleba n° 94-FB.

SUL: lotes 23, 22 e 27 da Gleba n° 103-FB e lotes 141, 155 e 110 da Gleba n° 94-FB.

OESTE: lotes 112, 114, 115, 116, 32, 35, 07, 09, 03 e 70, da Gleba n° 94-FB.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

O perímetro tem como início a confluência do arroio Tamanduá com o Lajeado Maracajá; segue a montante deste Lajeado, confrontando com terras das Glebas n°s 105 e 104-FB, e com o lote 158 da Gleba n° 94-FB; até barra com o arroio do Tigre; deste segue a montante do arroio, confrontando com o lote 23 da Gleba n° 94-FB e com as terras da Gleba n° 104-FB até divisa com o lote 23 da Gleba n° 103-FB; deste segue por linhas secas confrontando com os lotes 23, 22 e 27 da Gleba n° 103-FB, até encontro com o arroio Maracajá; segue a montante deste, confrontando com o lote 27 da Gleba n° 103-FB, até divisa dos lotes 140 e 141 da Gleba n° 94-FB, daí segue por linhas secas, confrontando com os lotes 141 e 155 da Gleba n° 94-FB, até encontro com sanga sem denominação; segue a jusante da referida sanga, confrontando com o lote 110 da Gleba n° 94-FB, até barra com o arroio Tamanduá; deste ponto segue a jusante deste arroio, confrontando com os lotes 112, 114, 115, 116, 32, 07, 09, 03, 70, 69, 66, 28, 53, 60 e 54 da Gleba n° 94-FB; até barra do arroio Tamanduá com o Lajeado Maracajá; ponto inicial desta descrição; perfazendo este perímetro um total de 740,97 hectares.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem como finalidade precípua atender a solicitação dos moradores do Distrito de Sede Progresso a ser desmembrado do Município de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê com limites e confrontações conforme específica, bem como compatibilizar os limites e confrontações de acordo com manifestação das autoridades políticas representativas do município.

A documentação anexada ao presente, não deixa qualquer dúvida quanto a sua oportunidade e legitimidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 344/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A Defesa Sanitária Vegetal é instrumento fundamental para a produção e produtividade agrícola e, por consequência, compete ao Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, a definição e execução das normas para o Paraná.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal, entre as quais a erradicação das pragas, doenças e plantas invasoras; e destruição ou não de vegetais e partes vegetais, a critério das autoridades competentes.

Art. 2° - A Defesa Sanitária Vegetal, tendo por base estudos, pesquisas e experimentos dos órgãos oficiais de pesquisa ou por eles referendados será efetuada:

I - Através de programas, projetos e campanhas de prevenção, controle e combate de pragas, doenças de vegetais e partes de vegetais e de plantas invasoras, para os de exigências quarentenárias e os de importância estratégica para a agricultura paranaense.

II - Pela imposição de regras e normas que estabeleçam procedimentos fitossanitários e práticas culturais, em toda a amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Vegetal, serão pautados em normas de proteção ao meio ambiente e na saúde humana.

Art. 3° - Cabe aos proprietários rurais, de armazéns e depósitos ou seus responsáveis, parceiros e arrendatários, a execução e o cumprimento das disposições e regras pertinentes estabelecidas nesta lei, seu regulamento e demais normas decorrentes para o Estado do Paraná.

Art. 4° - Sempre que as pessoas denunciadas no artigo anterior deixarem de executar as medidas de defesa sanitária vegetal, discriminadas em lei, o Estado efetuará os procedimentos ou tratamentos culturais mediante ressarcimento pleno dos trabalhos.

Art. 5° - Os procedimentos e práticas de Defesa Sanitária Vegetal e Defesa do Meio Ambiente tanto quanto a produção e a produtividade agrícola, são consideradas de interesse público.

Art. 6° - O Poder Executivo, através da SEAB, estabelecerá os procedimentos, as

práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 7º - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará e normatizará a execução desta lei, que será levada a efeito pela SEAB, a qual respeitadas estas disposições e as do Decreto Regulamentador, poderá baixar atos complementares.

Art. 8º - À SEAB fica conferido o poder de polícia administrativa, ficando-lhe, conseqüentemente, assegurado o livre acesso aos locais que contenham vegetais e partes de vegetais no território estadual.

Art. 9º - As infrações desta lei e de suas normas complementares emanadas da autoridade competente, são passíveis das penalidades relacionadas abaixo:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Proibição do comércio;
- IV - Interdição da Propriedade Agrícola; e
- V - Vedação do Crédito Rural.

§ 1º - As multas referidas no inciso II deste artigo, terão o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por espécie ou tipo de infração.

§ 2º - Os valores referidos no parágrafo anterior serão sempre corrigidos pelos mesmos índices oficiais e legais, adotados pelo Estado, para os demais efeitos.

§ 3º - As multas, obedecidos os limites do § 1º, serão aplicadas por infrações cometidas e proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 4º - O Poder Executivo, pelo ato regulamentador desta lei, poderá estabelecer os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas no parágrafo anterior.

§ 5º - No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

§ 6º - O Ato Regulamentador definirá os procedimentos fiscais, a forma de atuação, bem como a concessão de prazos para defesa e recursos, de modo a não prejudicar a eficácia dos procedimentos que, pela natureza do fato, exijam ação ou omissão imediata por parte do infrator.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação da presente proposição é que a Defesa Sanitária Vegetal venha representar um instrumento fundamental para a produção e produtividade agrícola em nosso Estado.

Isto posto e considerando sua abrangência e dos benefícios de que o presente projeto de lei dará ao Estado do Paraná, é que solicitamos o apoio aos nobres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 345/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual - PGRMFE, que beneficiará famílias residentes e domiciliadas no Estado do Paraná, cuja renda bruta mensal seja inferior a 3 salários mínimos, que tenham todos seus filhos e/ou dependentes, com idade de 0 a 14 anos, matriculados em escolas públicas ou creches e que os pais ou responsáveis legais participem como voluntários dos programas sociais do Estado.

Art. 2º - O PGRMFE consistirá na complementação mensal do rendimento familiar em valor equivalente a 30% da diferença entre esse rendimento e o valor estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º - Considera-se como família, para fins desta lei, o núcleo de pessoas formada por no mínimo um dos pais ou responsável legal pelos filhos ou dependentes, com idade de 0 a 14 anos.

Art. 4º - A comprovação da renda familiar, a inscrição no programa e sua renovação serão feitas anualmente por ocasião do período de matrículas escolares.

Art. 5º - O pagamento da complementação de renda será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar superar o limite estabelecido no artigo 1º;

II - qualquer um dos filhos ou dependentes tiver frequência inferior a 90% das aulas do mês do benefício;

Parágrafo Único - Nos casos de redução da renda familiar para nível inferior ao limite estabelecido no artigo 1º ou de normalização da frequência do aluno beneficiário do programa, o pagamento da complementação de renda será restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 6º - Ao Poder Executivo é facultado:

a) elevar a alíquota prevista no caput do artigo 2º desta lei até 50%;

b) celebrar convênios com quaisquer entidades de direito público ou privado, visando o acompanhamento, execução e avaliação do PGRMFE e dos demais programas previstos nesta lei.

Art. 7º - Será excluído do PGRMFE, pelo prazo de três anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa, ou que usar de qualquer outro meio ilícito para obtenção de vantagens.

§ 1º - Sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, o participante do PGRMFE que gozar ilicitamente do benefício, será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida, corrigida com base nos índices de correção oficial.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeito perante o programa, aplica-se, além das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigida monetariamente na forma do parágrafo anterior.

Art. 8º - Os benefícios deste programa serão concedidos a cada família pelo período de um ano, prorrogável, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 9º - O dispêndio com o custeio do programa instituído por esta lei não poderá ultrapassar o limite de 1 (um) por cento da receita total do Estado.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 30 dias contados da sua publicação.

Art. 11 - As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Papa João Paulo II em viagem pela América Latina expressou de forma contundente aquilo que muitos de nós já sabemos: "esta pobreza é inaceitável, pois o luxo de uns poucos se converte num insulto contra a miséria das grandes massas". Perplexo, o Santo Padre deixa escapar este pensamento de desabafo: "esta pobreza é tanta que nos perguntamos como esta gente consegue viver!"

O Frei Leonardo Boff, um dos baluartes da Teologia da Libertação na América Latina comenta assim o desabafo Papal: "Sem

indignação ética não há ninguém que se mobilize para introduzir qualquer mudança. Por isso, como já foi constatado historicamente, por detrás de todo processo revolucionário existe uma torrente de generosidade e de iracúndia profética que impede a aceitação do mundo assim como está. O Papa Wojtyla tem denunciado, como jamais outro antes dele, as injustiças, a tragédia da fome e o pecado social. Não bastam as denúncias e o dedo em riste. Importa comprometer-se pelos pobres contra a injustiça social que origina a pobreza como fenômeno coletivo.

É chegada a hora do estado comprometer-se com os pobres e posicionar-se contra as grandes diferenças sociais, adotando o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual. Este programa visa atingir muitos objetivos que poderiam assim se resumir:

O primeiro grande objetivo é assegurar que nenhuma criança em idade escolar fique fora da escola. Não há cidadania possível nem perspectiva de um futuro melhor sem a garantia de universalização do ensino básico.

O segundo grande objetivo é o de retirar as crianças das ruas, pois um dos requisitos para participar do programa é o da frequência dos filhos na escola.

O terceiro grande objetivo é o de garantir uma renda mínima às famílias mais pobres. Considerando-se que o salário mínimo vigente no País nem de longe cumpre o mandamento constitucional de atender o trabalhador e a sua família nas necessidades vitais básicas. Por isso da complementação de 30% da diferença do rendimento familiar e 3 salários mínimos, conforme os exemplos abaixo:

1 - uma família com pai, mãe e filhos sem rendimento teria o direito de receber R\$ 90,00, ou seja 30% de R\$ 300,00.

2 - uma família com rendimento mensal de R\$ 200,00 teria o direito de receber R\$ 30,00, ou seja 30% de R\$ 100,00.

O quarto grande objetivo é o de desenvolver a economia do Estado do Paraná. Na medida em que as pessoas passam a ter uma renda, elas ingressam no chamado público consumidor, passam a comprar, o comércio vende mais e assim toda a nossa economia cresce.

O Programa de Renda Mínima foi apresentado ao país por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy. Seu projeto já foi aprovado no Senado e aguarda aprovação da Câmara dos Deputados. Vários municípios brasileiros já adotaram o programa de renda mínima, como por exemplo Campinas, São José dos Campos, além de Brasília - DF. Em São Paulo o projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores e aguarda sanção do Prefeito. Em outros países existem Programas si-

Curitiba, quarta, em 30.08.95

milares. Na França, desde 1988 funciona a Renda Mínima de Inserção.

Nos EUA existe o EITC, crédito fiscal por remuneração recebida, que funciona na forma de um imposto de renda negativo, sendo que quem ganha muito paga mais e quem ganha muito pouco ou não ganha nada recebe de volta. Inglaterra, Holanda, Alemanha e Suécia pagam benefícios mensais, em dinheiro, aos pais, por cada criança desde o seu nascimento até completar 16 anos.

Desta forma, dado o imenso caráter social do Programa e a urgente necessidade de modificarmos os terríveis indicadores sociais que muito nos envergonham, conto com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI N° 346/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar o percentual de 05% (cinco por cento) dos cargos e empregos públicos, para pessoas portadoras de deficiência física, compatibilizando-os com o tipo de deficiência apresentada.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Constitucionalmente, no Brasil, todos são iguais perante a lei.

É necessário que a sociedade e as autoridades do país deixem de pensar abstratamente sobre determinada característica e passa a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo, automaticamente, conceitos relativos ao papel social desempenhado por esse grupo de indivíduos. E esse papel não depende unicamente da característica ou questão, mas dos fatores históricos, econômicos, sócio-culturais e políticos.

Assim, quando associamos por exemplo, deficiência física com dependência, isto significa que na nossa sociedade, os deficientes físicos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas extremamente dependentes, o que está longe de constituir a verdadeira realidade.

A propósito, a presente proposição objetiva criar mecanismo e condições de mudança desta cruel realidade, promo-

vendo a integração dos portadores de deficiência física à força de trabalho do Estado.

Inspirado e respaldado pelo contido no inciso VIII, do artigo 27 da Constituição Estadual, o presente projeto se propõe a contribuir como objetivo final, para que o deficiente físico do Estado do Paraná assumira através do trabalho a plenitude da cidadania a que faz jus.

PROJETO DE LEI N° 347/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais às Empresas Privadas, com mais de 100 (cem) funcionários, que destinem 02% (dois por cento) de suas vagas aos deficientes físicos.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Constitucionalmente, no Brasil, todos são iguais perante a lei.

É necessário que a sociedade e as autoridades do país deixem de pensar abstratamente sobre determinada característica e passa a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo, automaticamente, conceitos relativos ao papel social desempenhado por esse grupo de indivíduos. E esse papel não depende unicamente da característica ou questão, mas dos fatores históricos, econômicos, sócio-culturais e políticos.

Assim, quando associamos por exemplo, deficiência física com dependência, isto significa que na nossa sociedade, os deficientes físicos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas extremamente dependentes, o que está longe de constituir a verdadeira realidade.

A propósito, a presente proposição objetiva criar mecanismo e condições de mudança desta cruel realidade, promovendo a integração dos portadores de deficiência física à força de trabalho do Estado.

Inspirado e respaldado pelo contido no inciso VIII, do artigo 27 da Constituição Estadual, o presente projeto se propõe a contribuir como objetivo final, para que o deficiente físico do Estado do Paraná assumira através do trabalho a plenitude da cidadania a que faz jus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia aprovou requerimento, convidando o Dr. Mário Sérgio Julio Cerci, Diretor Geral do Hospital de Clínicas, para fazer uma exposição da situação do hospital.

Durante dez minutos, está com a palavra, o Senhor Diretor do Hospital de Clínicas.

O DR. MÁRIO SÉRGIO JULIO CERCI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Meu nome é Mário Sérgio Julio Cerci, sou Diretor Geral do Hospital de Clínicas - nós estamos aqui, neste momento, para expor a situação pelo qual o hospital vem passando. Nós constituímos o maior hospital do Paraná. Temos 640 leitos, somos responsáveis por 2100 internações, cerca de 20% das internações do estado, cerca de 900 cirurgias mensais e 80 mil atendimentos. O Hospital de Clínicas sobrevive, basicamente, daquilo que ele produz. Nós só atendemos pacientes do SUS. Então estamos aqui para apresentar as nossas dificuldades para manutenção.

Como os Senhores sabem, a tabela do SUS foi estabelecida em julho de 94 e de lá para cá não houve reajuste dessas tabelas. Portanto, nós temos uma defasagem em torno de 60 a 70% nos valores que ela já existia previamente, e isso é insuficiente para atender os custos dos atendimentos em qualquer hospital. Muito mais num hospital que tem atendido pacientes muito mais graves do que os outros hospitais, porque não podemos recusar atendimento a nenhum deles. Além disso, nós temos que prestar o ensino. Portanto, em nosso hospital, é onde ocorre treinamento dos futuros médicos que irão nos atender ou irão atender os nossos filhos, os nossos netos.

Então o Hospital de Clínicas sobrevive graças basicamente ao seu trabalho e os recursos financeiros que o MEC encaminha para pagamento de uma parcela muito pequena dos funcionários. Nós temos 3500 funcionários, sendo que o MEC remunera, apenas, 1400. E nós temos então, uma folha de 2000 milhões de reais para pagamento de 2 mil e 100 funcionários. Então essa situação tem provocado ao Hospital de Clínicas uma dificuldade no investimento e na atualização dos equipamentos.

A nossa proposta é de uma campanha que está sendo veiculada em toda a mídia paranaense e que nós temos que nos integrar à sociedade, a toda a nossa classe política e estamos aqui para solicitar, para poder tornar o Hospital mais humano, mais eficiente e atender mais pacientes e que tenhamos possibilidade de investimento. No sentido de equipar o hospital, tornando mais ágil o seu atendimento.

Então essa solicitação se faz necessá-

ria, absolutamente imprescindível de que haja, para o próximo ano, emendas orçamentárias para que se consiga estabelecer uma forma do Hospital ter uma entrada de recursos para ele se reequipar e poder, então, treinar o seu pessoal: tornando o hospital mais humano e mais eficiente.

Essa então é a solicitação da Direção do Hospital que tem tido o apoio da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas e que, envolvido com a sociedade e com os nossos políticos, o Hospital poderá encontrar um caminho para sair dessa situação. E quero deixar aqui, bem claro, que é uma situação difícil mas que nós continuamos prestando atendimento de grande qualidade. Por exemplo, nós poderíamos situá-los que o transplante de medula óssea que se faz no hospital cerca de 60% do que se faz no Brasil, transplante hepático é a segunda casuística do Brasil com os resultados iguais a dos níveis internacionais.

Então, nós estamos seguros que nós temos um pessoal eficiente para atender os pacientes, o que nós precisamos são de recursos para que outras áreas tenham essa mesma situação de referência Nacional, ou até internacional, como nós temos em alguns serviços.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço a presença do Doutor Mário Sérgio Julio Cerci, Diretor Geral do Hospital de Clínicas, e a Assembléia está aberta aos problemas do hospital. E agradeço também a distribuição do memorial sobre a situação do hospital.

No horário do Expediente, concedo a palavra ao Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Professores do Paraná.

Primeira etapa, quero reafirmar o que eu tinha reafirmado publicamente no ar, no rádio e na televisão, do ato impensado do Prefeito de Curitiba, um ato ditatorial, quando a minha cabine de rádio da Praça Rui Barbosa foi demolida a marretadas, como se desmonta a casa de um ninguém, ali aonde eu prestava um trabalho de excelência ao povo do Paraná, às pessoas que não vêem nos Palácios uma abertura.

Se os professores que são professores, gente qualificada da mais alta estirpe do Estado, não consegue falar com o Governador, pergunto a vocês: será que o povo da vila, do bairro, do Município tem acesso aos palácios, não só aqui, em qualquer lugar? A minha cabine foi arrebetada a marretadas, mas a vida e a luta continua. Em nenhum momento perdi o equilíbrio, em nenhum momento agi com destempero, Deus me deu luz e sabedoria. E neste momento também

Curitiba, quarta, em 30.08.95

venho de público, e aqui nesta plateia seleta, e diga-se de passagem, o meu programa de rádio e televisão tem sido também um local aberto para que os sindicatos tenham acesso, e é testemunho o Presidente da APP Sindicato, Mário Sérgio, toda semana tem tido contato, toda semana se mantém, através do nosso programa, um canal de acesso a todo o Estado do Paraná, tem sido um dos canais de acesso para todo o Estado do Paraná, policiais militares, servidores públicos aqui da Assembleia, de um modo geral, sem ofensa, sem brigas e sem entreveiros, aos meus eleitores, já fiz no rádio e na televisão, porque apoiei o atual Governador.

E toda semana, os senhores lembram disso, eu era chamado na televisão para pedir voto em homenagem aos novos caminhos, em homenagem a dignidade geral de professores, de policiais, de servidores e do povo do Paraná.

Aos aposentados, digo a vocês nesse momento, para redimir do erro, siga a orientação e os apelos de vocês, muito obrigado e me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho procurado, ao longo dos anos em que estou nessa Casa a busca do equilíbrio e do bom-senso. Apenas em momentos muito especiais, contra atos de radicalismo absoluto é que em alguns momentos, podemos até perder o nosso equilíbrio. Mas essa não tem sido a tônica dos meus pronunciamentos, aqui nesta Casa. Aprendi, ao longo dos anos, que não existe apenas uma verdade. Neruda, o velho Pablo Neruda, Deputado Alborghetti, dizia: - "Que a verdad non és única, resulta que se mire la manera como se mira el cristal."

Por essa razão, tenho até abusado algumas vezes aqui do castelhano, é porque algumas pessoas, infelizmente, não entendem o Português. Mas, também não pretendo aqui, ao abrigo de poucas palavras, me imaginar o dono da verdade, mas é importante que a verdade, ou que eu tenha o direito de expor a minha verdade.

Havia assumido um compromisso, há duas Sessões atrás, de que votaria favoravelmente à presença do Secretário Salomão a esta Casa, para que prestasse alguns esclarecimentos, a pedido de um requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Não o fiz e quero crer ontem pude expor as razões da negativa do Deputado Nelson Justus. Exatamente por achar provocativa a maneira com que se requeria a presença do Secretário, relacionando-o a uma empresa do nosso Estado.

Volto a reafirmar que se o requerimento fosse exclusivamente para que o Secretário aqui estivesse prestando esclarecimentos do programa do Governo eu votaria favoravelmente e continuo nessa firme disposição.

Mas, pela derradeira vez, vou aqui, em poucas palavras, a verdade que encontro nesse programa do Governo Jaime Lerner. Não permitirei apartes, não permitirei a polêmica e não vou contrapartear futuros pronunciamentos que digam respeito a este famigerado e errôneo caso INPACEL.

Quero fazê-lo aqui de maneira ordenada e pedir, que principalmente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores preste muita atenção, para que possam tirar as conclusões.

Quero crer que todos vocês assistiram por inúmeras vezes que o Governador Jaime Lerner tem no seu programa de governo a criação de maiores empregos. Ora, não se cria emprego abarrotando secretarias ou criando novos empregos dentro do Estado. Emprego cria-se com condições para criação de novas empresas em nosso Estado. E um homem da visão do Governador Jaime Lerner não agiu de outra maneira ao criar o seu programa de Governo, buscando um maior número de empregos dentro de alguns incentivos fiscais e esse binômio, incentivos fiscais tem sido mal-entendido e mal-interpretado ou por pessoas miopes ou totalmente cegas e o pior cego é aquele que não quer ver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que diz o programa do Governo, num primeiro momento o Governo não colocaria um centavo sequer dentro de empresas novas que aqui venham a se estabelecer. O Governo apenas permitiria que empresas que queiram se instalar aqui em nosso Estado, busquem parceiros da iniciativa privada, isto é, outras empresas que a invés de recolherem 100% do seu ICMS, recolhessem apenas 80% e esses 20% que restam prorrogáveis em 36 meses seriam canalizados a uma nova empresa a se instalar aqui em nosso Estado.

Portanto, um pool de empresários de maneira legal e organizada se associaria na criação de nova empresa e de novos empregos e consequentemente novos ICMS a curto e a médio prazos. Este é o programa do Governo, a idéia ridícula, infantil e puril de que com isso se estava salvando a INPACEL até porque 20% de ICMS não salva empresa nenhuma e empresa que está em má situação a última coisa que recolhe é o ICMS.

A intenção seria de que na mesma cidade de Arapoti se criasse uma nova empresa com esse programa, uma empresa que visaria exclusivamente a exploração da celulose, com a criação de outras centenas e milha-

res de empregos, mas os miopes preferiram entender de outra maneira. Aqueles que querem mais empregos para os seus trabalhadores entenderam de outra maneira, procuraram radicalizar e de maneira política, visando apenas uma empresa, quando tantas outras, como a Maizena, a Batavo, a própria Kaiser se utilizaram desse espetacular programa.

Por essa razão Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu apoio e procuro aqui corrigir aqueles que foram induzidos em erros, apoio aos meus companheiros professores, essa classe tão sofrida. Exibiram hoje na porta do Palácio a longa faixa que cita o nome da INPACEL.

Ora, será que nós não estamos misturando "alhos com bugalhos"? Certamente que sim! Por essa razão Srs. Deputados, pela derradeira vez abordo esse tema não o farei mais, não o rebaterei mais. E espero ter contribuído para que aqueles muitos possam enxergar melhor e deixar de valer a máxima "de que o pior cego é aquele que não quer ver".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos ontem no interior participando de mais uma obra, de mais uma obra social que traz alegria ao nosso trabalhador, é mais uma obra que traz alegria como Deputado do Estado do Paraná. Que quando nós vemos um Governo mesmo em épocas difíceis de recessão, de desemprego, aonde nós vemos uma insolvência total hoje da nossa agricultura, do nosso comerciante, da nossa indústria. Nós pudemos participar ontem juntamente com o Deputado Cezar Silvestri, onde o Governo do Paraná entregou as casas da família, a Casa Rural, Vila Rural como bem seja interpretada.

Estivemos participando da alegria, da felicidade do nosso Deputado Milton Puppio, que é representante lá da cidade de Manoel Ribas, de ver a alegria dos Prefeitos desses dois representantes, junto com a equipe do Governo, junto com o povo de Pitanga, junto com o povo de Manoel Ribas, presenciar mais um ato de um Governo sério e responsável, dando exemplo para os outros Estados e para o Brasil, um exemplo de criatividade desta Vila Rural, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso está fazendo em outros Estados Brasileiros e vai começar Sr. Presidente. E lá nesta tarde de ontem nós pudemos ali mais uma vez, junto com esses dois Deputados o Milton Puppio e Cezar Silvestri, ver a alegria, a felicidade de um pai de família

de receber esta obra e ser dono de um pedaço de terra.

E por isso que nós não poderíamos deixar de vir aqui nesta tribuna e deixar registrado obras importantes e outras que virão de Jaime Lerner. E o mais importante da obra lá de Manoel Ribas onde deram o nome aquela Vila Rural de "Paraná Novos Caminhos".

É o Paraná trilhando numa administração séria e nós temos certeza, este Paraná vai crescer, assim como o Brasil vai crescer e a partir do momento em que estamos vendo o Presidente da República estender a mão para os três setores da economia deste país. Nós estivemos com o governador, como vários Deputados estiveram hoje, sentido dentro do nosso coração o que nós vemos hoje no Paraná e no Brasil, o recesso, onde o Governo que quer dar aumento, que quer pagar melhor o funcionalismo público, que quer ajudar para dar salário digno ao nosso professor, que é o nosso guia para um futuro melhor e que nós vemos hoje o estado do nosso trabalhador, que vemos a nossa agricultura, o nosso comércio e a nossa indústria.

Mas tenho a certeza que o Governo do Paraná, coisas que deixaram que o professor, que o nosso funcionalismo público deixou de receber e ver defasado o seu salário nos últimos Governos e tenho certeza, Senhores Deputados, tenho certeza Senhor Presidente, que o Governo Jaime Lerner, Governo Jaime Lerner que no mandato dos seus 4 anos, tenho certeza que o nosso professor, com todo o respeito que é tratado pelo governador do Paraná e principalmente por esse Deputado que gosta do professor.

Tenho certeza que no final do Governo Jaime Lerner, Governo da estratégia, Governo da esperança, Governo que está preparando futuro o Estado do Paraná, porque não existe futuro sem passado, não existe futuro sem presente e acabaram de esquecer de preparar o futuro dos nossos filhos e do povo do Paraná e eu tenho certeza que no final deste Governo o Paraná, o nosso professor, o nosso funcionalismo público será um dos mais bem pagos do Brasil, hoje no Estado do Paraná.

Era isso Senhor Presidente e os meus agradecimentos

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nereu Moura com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para comunicar aos Deputados que estão aqui presentes e tenho certeza que devem estar aqui professores que estão fazendo a sua manifestação, eu quero deixar registrado ao contrário do que o Deputado Carlos Simões disse naquela tribuna, de que o Go-

Curitiba, quarta, em 30.08.95

vernador não recebeu os professores. Muito pelo contrário. O Governador recebeu os professores às 10:00 horas e ficou até as 15:00 horas reunido com os professores e agora estão redigindo a proposta do Governador, para levar para a Assembléia dos professores.

É este o registro que gostaria de fazer aqui, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença dos vereadores de São José dos Pinhais, A. Manoel Pereira, a convite do Deputado Cesar Seleme.

A palavra está com o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. A crise covarde e cruel que com força e violência arrasta para a miséria a maioria da população brasileira é sentida e vista com muito maior persistência no interior do nosso Estado, no interior do Paraná.

Todas as vezes e quando regressamos do interior do Paraná, um sentimento de depressão invade o nosso coração ao perceber que a força do nosso povo está se esgotando, a força do ideal, a força do trabalho, a força da inteligência está terminando. São demissões, salários achatados, agricultura penalizada, a crise no comércio, a concordata na indústria e por aí afora. Vivemos no Paraná, hoje, uma situação de desespero e de quase calamidade pública. Vítima que somos, numa conjuntura nacional imposta ao povo brasileiro, e que infelizmente, não tem como se desviar do fardo pesado que o Governo Federal joga nas costas - sobretudo - de quem sempre pagou a conta neste país. As classes trabalhadoras, o povo sofrido e oprimido.

Esta é a situação que nós verificamos no interior do Paraná. E ao visitar as nossas regiões, os nossos municípios sentimos, de perto, o drama, a dificuldade, a tristeza: empresas fechando, falindo, gente demitindo chegando a níveis totalmente insuportáveis. Este é o quadro, sobretudo no interior do Paraná, que vive, basicamente, da agricultura. E a agricultura, coitada da agricultura! Corremos o risco de, nesta safra, ter a maior diminuição de plantio de área das últimas décadas. Tudo por falta de uma política enérgica, de uma política séria que busca inviabilizar a agricultura brasileira. E sei que isto não é novidade.

Ontem estivemos na cidade de Nova Prata do Iguaçu juntamente com o Deputado Irineu Colombo, participando de uma reunião para tratar de assuntos da indenização da Usina de Salto Caxias, a última a ser construída no Rio Iguaçu. Localizada no Oeste e no Sudoeste do Paraná. Uma obra

que com a organização da população ribeirinha ao Rio Iguaçu, uma obra que com o esforço dos agricultores que serão atingidos, graças a Deus, estamos conquistando espaços, estamos somando pontos positivos. E ontem, em Nova Prata do Iguaçu, praticamente, quase que concluímos os trabalhos de escolha das propriedades para assentar os agricultores - mil famílias aproximadamente.

Tivemos durante esses 3, 4 anos um acompanhamento passo-a-passo, nunca largamos os agricultores e a população daqueles 8 municípios que terão que ceder área para construção de mais uma barragem no Rio Iguaçu. Lamentamos, profundamente, as áreas férteis que serão inundadas. Lamentamos, sobretudo, as pessoas, a população que de lá vai ter que sair, gente que mora lá há 20, 30, 40 ou 50 anos e que terão que largar as suas casas em busca de nova vida. De novas conquistas. Mas este é o preço do progresso. E durante todo esse processo, pudemos acompanhar, dar solidariedade, estar do lado dos trabalhadores, dos agricultores exigindo da COPEL, exigindo do Governo do Estado atenção, apoio, não só aos municípios, mas sobretudo a vida, ao ser humano, as pessoas que terão que sair lá das barrancas do Rio Iguaçu. E ontem praticamente nós conseguimos, juntamente com o Deputado Irineu Colombo, juntamente com as lideranças da região, com a população a ser atingida, encerrar os trabalhos. E agora então vamos esperar as negociações que sairão por parte da COPEL com os proprietários das áreas, a fim de que nós possamos fazer o acompanhamento dos assentamentos das pessoas que irão sair de lá.

E com alegria que nós pudemos testemunhar todo esse trabalho, e o encerramento dela coroado de pleno êxito, esperando que a Usina de Salto Caxias seja exatamente a última Usina a ser construída no Rio Iguaçu que tantas amarguras tem ocasionado à população do Sudoeste e do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A convite do Deputado Cartário está em visita a esta Casa o Doutor Brasil Paraná de Cristo, Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

A palavra está com o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, caríssimos colegas Deputados, Senhoras e Senhores presentes. Subi a esta Tribuna na semana retrasada para afirmar que estaria empreendendo estudos para pro-

por a esta Assembléia Legislativa o programa de garantia de renda mínima, que entendo um dos mais criativos programas sociais já apresentados à Nação brasileira em toda a sua história. E depois de analisar vários projetos, entre eles o projeto que o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, apresentou no Congresso Nacional, depois de analisar a proposta, já implementada na cidade de Campinas, na cidade de São José dos Campos, em Brasília pelo Governo do Distrito Federal, a proposta que está sendo analisada pelo Prefeito de São Paulo, da Capital, depois de aprovada na Câmara de Vereadores, e muitas outras que pipocam pelo Brasil a fora demonstrando que depois de muitos anos o nosso País pode realmente ingressar num templo novo em termos de programas sociais, saindo desse assistencialismo passageiro, superficial, que apenas reproduz a situação de miséria em que o povo vive e em que nada transforma realmente a condição e a vida da nossa população.

A nossa sociedade precisa passar por uma reformulação, a gente sente que cada vez os que têm mais ficam mais ricos e os que têm menos, que é a grande parte da nossa sociedade, cada vez ficam com menos, criando assim um abismo social que faz com que uns não tenham o que comer, e outros não conseguem dormir porque tem medo dos que não tem o que comer, e quem tem precisa se proteger em fortalezas, em residências para se defender daqueles que não tem. Então, por isso nós temos que transformar a nossa sociedade não mais numa sociedade de concorrentes e de disputas; mas uma sociedade de solidariedade, de concórdia e de humanidade.

E eu apresento, protocolei hoje na Casa de Leis e gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros, o programa de garantia de renda mínima que eu gostaria de ler a proposta, o projeto de lei e a sua justificativa para que todos os Deputados conhecessem bem o que significa esse grande programa que pode mudar realmente a vida da nossa sociedade.

(Lê):

"SÚMULA: Institui o Programa de garantia de Renda mínima Familiar Estadual.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual - PGRMFE, que beneficiará famílias residentes e domiciliadas no Estado do Paraná, cuja renda bruta mensal seja inferior a 3 salários mínimos, que tenham todos seus filhos e/ou dependentes, com idade de 0 a 14 anos, matriculados em escolas públicas ou creches e que os pais ou responsáveis legais participem como voluntários dos programas sociais do Estado.

Art. 2º - o PGRMFE consistirá na complementação mensal do rendimento familiar em valor equivalente a 30% da diferença entre esse rendimento e o valor estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º - Considera-se como família para fins desta lei o núcleo de pessoas formada por no mínimo um dos pais ou responsável legal e pelos filhos ou dependentes, com idade de 0 a 14.

Art. 4º - A comprovação da renda familiar, a inscrição no programa e sua renovação serão feitas anualmente por ocasião do período de matrículas escolares.

Art. 5º - O pagamento da complementação de renda será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar superar o limite estabelecido no artigo 1º;

II - qualquer um dos filhos ou dependentes tiver frequência inferior a 90% das aulas no mês do benefício;

Parágrafo Único - Nos casos de redução da renda familiar para nível inferior ao limite estabelecido no artigo 1º ou de normalização da frequência do aluno beneficiário do programa, o pagamento da complementação de renda será restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 6º - Ao Poder Executivo é facultado:

A) elevar a alíquota prevista no Caput do artigo 2º desta lei até 50%;

B) celebrar convênios com quaisquer entidades de direito público ou privado, visando o acompanhamento, execução e avaliação do PGRMFE e dos demais programas previstos nesta lei.

Art. 7º - Será excluído do PGRMFE, pelo prazo de três anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa, ou que usar de qualquer outro meio ilícito para obtenção de vantagens.

§ 1º - Sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, o participante do PGRMFE que gozar ilicitamente do benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida, corrigida com base nos índices de correção oficial.

§ 2º - Ao servidor Público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeito perante o programa, aplica-se, além das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigida monetariamente.

Art. 8º - Os benefícios deste programa serão concedidos a cada família pelo período de um ano, prorrogável, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 9º - O dispêndio com o custeio do programa instituído por esta lei não poderá ultrapassar o limite de 1 (um) por cento da receita total do Estado.

Art. 10 - O poder executivo regulamentará a presente lei em 30 dias contados da sua publicação.

Art. 11 - As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário."

Agora, uma paginazinha, a justificativa, bem rápido, que é, modestia a parte, uma bela justificativa, foi por mim mesmo feito. Tive que reler o livro "O Caminhar da Igreja com os oprimidos" do Leonardo Boffe, e "A Igreja se fez povo", do Leonardo Boffe. Vamos lá.

(Lê):

"JUSTIFICATIVA:

O Papa João Paulo II em viagem pela América Latina expressou de forma contundente aquilo que muitos de nós já sabe: "esta pobreza é inaceitável pois o luxo de uns poucos se converte num insulto contra a miséria das grandes massas." esta pobreza é tanta que nos perguntamos como esta gente consegue viver!".

O Frei Leonardo Boff, um dos baluartes da Teologia da Libertação na América Latina comenta assim o desabafo Papal: "Sem indignação ética não há ninguém que se mobilize para introduzir qualquer mudança. Por isso, como já foi constatado historicamente, por detrás de todo processo revolucionário existe um torrente de generosidade e de iracúndia profética que impede a aceitação do mundo assim como está. O Papa Wojtyla tem denunciado, como jamais outro antes dele, as injustiças, a tragédia da fome e o pecado social. Não bastam as denúncias e o dedo em riste. Importa comprometer-se pelos pobres contra a injustiça social que origina a pobreza como fenômeno coletivo.

É chegada a hora do estado comprometer-se com os pobres e posicionar-se con-

tra as grandes diferenças sociais adotando o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual. Este programa visa muitos objetivos que poderiam assim se resumir:

O primeiro grande objetivo é assegurar que nenhuma criança em idade escolar fique fora da escola. Não há cidadania possível nem perspectiva de um futuro melhor sem a garantia da universalização do ensino básico.

O segundo grande objetivo é o de retirar as crianças das ruas, pois um dos requisitos para participar do programa é o da frequência dos filhos na escola.

O terceiro grande objetivo é o de garantir uma renda mínima às famílias mais pobres. Considerando-se que o salário mínimo vigente no País nem de longe cumpre o mandamento constitucional de atender o trabalhador e sua família nas necessidades vitais básicas. Por isso da complementação de 30% da diferença do rendimento familiar e 3 salários mínimos, conforme os exemplos abaixo:

1- uma família com pai, mãe e filhos sem rendimento teria o direito de receber R\$ 90,00, ou seja 30% de R\$ 300,00;

2- uma família com rendimento mensal de R\$ 200,00 teria o direito de receber R\$ 30,00, ou seja, 30% de R\$ 100,00.

O quarto grande objetivo é o de desenvolver a economia do Estado do Paraná. Na medida em que as pessoas passam a ter uma renda elas ingressam no chamado público consumidor, passam a comprar, o comércio vende mais e assim toda a nossa economia cresce.

O Programa de Renda Mínima foi apresentado ao País por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy. Seu Projeto já foi aprovado no Senado e aguarda aprovação da Câmara dos Deputados. Vários municípios brasileiros já adotaram o Programa de Renda Mínima como por exemplo Campinas, São José dos Campos, além de Brasília-DF. Em São Paulo o Projeto foi aprovado na câmara de vereadores e aguarda sanção do Prefeito. Em outros países existem Programas similares. Na França desde 1988 funciona a Renda Mínima de Inserção. Nos EUA existe o EITC, crédito fiscal por remuneração recebida, que funciona na forma de um imposto de renda negativo, sendo que quem ganha muito paga mais e quem ganha muito pouco ou não ganha nada recebe de volta. Inglaterra, Holanda, Alemanha e Suécia pagam benefícios mensais, em dinheiro, aos pais, por cada criança desde o seu nascimento até completar 16 anos.

Desta forma, dado o imenso caráter social do programa e a urgente necessidade de modificarmos os terríveis indicadores sociais que muito nos envergonham, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação do projeto.

Deste projeto, que vai ser sem dúvida nenhuma um grande acontecimento na história dos programas sociais do Estado do Paraná.

Estou entrando em contato com o Senador Eduardo Suplicy, solicitaria aos colegas do PT que me ajudassem nesse contato, convidando-o para vir aqui no Paraná, falar aqui aos nossos deputados, a imprensa da importância do projeto e para finalizar, Sr. Presidente, que o senador Suplicy vá perante o Governador Jaime Lerner que hoje deu uma demonstração de grande espírito democrático, recebendo os representantes do comando dos professores num diálogo aberto recebendo os representantes do Comando dos professores num diálogo aberto e franco com essa mesma postura democrática ele receba o Senador Eduardo Suplicy e todos os deputados e aceite esse projeto, que sem dúvida nenhuma, a nossa Assembleia Legislativa vai aprovar por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, dizendo ao Deputado Eduardo Trevisan que o Partido dos Trabalhadores, vê com muito bons olhos seu Projeto, já manifesta plena intenção de discuti-lo e aprová-lo nesta Casa.

O que me trás a essa Tribuna, manifestação e uma resposta aos Srs. Deputados, e ao povo do Paraná com relação a esta data, uma data importante para o Magistério do Brasil. Quando 30/08 aconteceu um fato lamentável em 1988, em que a classe do Magistério Paranaense adotou essa data como Símbolo de luta pelas causas pedagógicas e profissionais dos professores do Paraná.

Vemos sem sombra de dúvida a disposição do Governo do Estado em receber a Comissão dos Professores e também os 20 deputados que lá estavam, nós, porém, queremos ponderar que desse encontro saiu muito pouca coisa que possa levar um pouco mais de alegria aos professores em seu retorno aos lares.

A proposta do Governo do Estado, foi de criar uma Comissão, essa Comissão iria discutir até o início de outubro uma proposta de salário base, piso de salários dos professores e discutir outros problemas. E ficamos pensando, quando você quer resolver alguma coisa, como diz o ditado, você cria uma comissão para estudá-la.

O Governo do Estado apresenta números, apresenta dados, que não atendem o anseio da classe, que não só reivindica salários, mas sobretudo ele reivindica também um ajuste. Quer definições e regras claras para o escalonamento, para a permanência no Magistério, como ponte importante de estimulador da carreira, e não de abandono

precoce dessa vocação. O Governo acena sempre com números, que não pode atender por isso, ou por aquilo, sempre ligado a arrecadação. No entanto não abre o fisco estadual para a nossa verificação. O Governo acena que está resolvendo o problema de arrecadação com o programa de cidadão Nota Dez, que na verdade vai pedir nota no budeguero da esquina, e não resolve não pega nota do grande madeireiro, do atacado que vende para o pequeno atacado. Fala que se tem problemas, com o grande número de gastos com a folha de pagamento, mas não apresenta a Assembleia Legislativa do Paraná a lista que é obrigação Constitucional, a lista de funcionários por setor, para que possamos ajudar o Governo a fiscalizar, ver se realmente funcionários fantasmas.

E por último a reclamação, que deixa os professores do Paraná e aí nós queremos eximir de culpa aqueles que tem defendido todo dia a todo instante aqui essa classe, aquele aumento diferenciado que foi dado aos secretários, aos assessores com o mesmo nível de secretários, foi dado aumento diferenciado ao Magistrado e ao Tribunal de Contas, quando tivemos aqui até o máximo de 25% de aumento e os assessores diretos 200%, 240% de gratificações e tudo o mais. Quando existia uma lei que estabelecia o teto máximo de 20 vezes o menor salário, essa lei foi tirada pelo atual governo. Quando da última vez que aprovamos 10% de aumento para o funcionalismo público do Estado do Paraná, muitas das categorias, muitos cargos em comissão como o próprio Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, haviam dado aumento interno e o aumento por despacho interno, apenas mandaram aqui para a gente, referendar através de um projeto de lei e a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez uma emenda estabelecendo os mesmos critérios diferenciadores de margem para esse aumento, se colocava os professores, a Polícia Militar, os Funcionários Públicos em geral do Estado do Paraná, na mesma condição de tratá-los diferentemente por uma questão de isonomia e no entanto, fomos derrotados.

Votou conosco um setor do PMDB e toda a Bancada do PT nessa emenda, apresentando, inclusive, recursos em plenário. Quer dizer, a questão é séria. Não é defender os professores apenas no discurso, na época da eleição. É mostrar, no dia a dia na Assembleia, que se está defendendo os servidores com o mesmo ritmo, com o mesmo estilo de diferenciação que se faz no governo. Então queremos, acima de tudo, que o governo converse com os professores dando propostas claras e práticas, propostas claras de reposição salarial, projeto longo prazo, discuta com a classe, claramente

Curitiba, quarta, em 30.08.95

e a Comissão, tomara, não fique somente para a discussão dos problemas e ainda, transparência no fisco, no que o governo está arrecadando, dando informações a esta Assembléia, que nos temos direito, como nós mostramos aqui.

Fizemos requerimento para que o governo mostrasse transparência no caso da INPACEL, não fomos aprovados e tantas outras atitudes temos tomado aqui, somos reprovados, não temos vez para fazer um "Raio X" do Governo para conseguir, quem sabe, até concordar com determinadas posturas que ele tem.

Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado e Viva! 30 de agosto, dia de luta dos professores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Orlando Pessuti, do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente o nosso agradecimento ao Deputado Caíto Quintana, nosso líder que nos cabe o horário para tecermos alguns comentários relativos ao setor produtivo do Estado do Paraná.

De fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados amigos que comparecem a esta Assembléia, nós vivemos no país e no Estado, um momento de grande aflição, porque os mais diferentes setores desse país, seja o setor produtivo, seja o setor comercial, seja o setor industrial, prestador de serviços, sejam os funcionários públicos, sejam os aposentados, todos estão perante nós, perante a imprensa, perante a praça pública, levando a conhecimento da Nação brasileira as dificuldades porque passam. Estão aí os professores, estão aqui os aposentados, estão por esse Paraná e Brasil afora os produtores. Ainda há pouco o Deputado Nelson Justus falava a respeito da situação econômica, da INPACEL que foi citada muito aqui no dia de ontem e hoje nós estamos aqui para em nome de um setor produtivo desse Estado dos mais importantes, falar também das suas dificuldades.

Na semana passada, nos líamos a esse respeito, no Caderno de Economia da Folha de Londrina e ontem fomos procurados pelo Deputado do PMDB, Ricardo Chab que também trouxe a nós esse assunto. Diz respeito às dificuldades que os frigoríficos do Estado do Paraná estão enfrentando, diante da concorrência desleal praticada por outros estados da federação brasileira, no que diz respeito à sistemática do ICMS que vem sendo utilizada por outros Estados. Todos nós sabemos que nas operações interestaduais quando se vende o gado ou a carne, o Estado do Paraná, as unidades frigoríficas do Paraná pagam o ICMS de 12%.

No entanto outros Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul e não sei se Santa Catarina, esses outros Estados reduziram a alíquota do ICMS de 12 para 7%, através de uma sistemática que é utilizada nas Secretarias da Fazenda do Crédito Presumido. E isso está fazendo com que os nossos frigoríficos, as indústrias processadoras de carne no Estado do Paraná, percam, significativamente os mercados que possuíam no Rio, São Paulo e outras grandes cidades. Afetando, inclusive, sua comercialização no Estado do Paraná, porque preferem os açougues, supermercados, indústrias de embutidos do nosso Estado, ao invés de comprar aqui no Paraná eles preferem comprar em outros Estados.

Estamos, junto com o Deputado Chab, apresentando um requerimento à Mesa para que o Dr. Miguel Salomão, Secretário da Fazenda deste Estado, determine a redução da alíquota de 12 para 7%. Aplicando a mesma sistemática que outros Estados já aplicaram. E diga-se de passagem, na exposição de motivos que nos enviaram o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná ali está, definitivamente registrado, que o assunto já é de conhecimento do Governador Jaime Lerner, que já conversaram com o Presidente Anibal Khury e que têm o apoio do Secretário Hermas Brandão e que a resistência evidentemente está na Secretaria de Fazenda do nosso Estado.

Portanto, peço a Vossas Exas. que dêem apoio para que este setor que emprega tantas pessoas no Estado do Paraná, possa ter não um benefício, mas possam ter restabelecido o equilíbrio de competição com outros Estados. Afinal de contas todos sabemos que a guerra fiscal e tributária que hoje existe entre os diversos Estados da Federação, em determinados momentos inviabilizam a livre negociação, a livre comercialização, a livre prática da indústria em alguns Estados. Por isso peço o apoio dos nobre Colegas.

Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Pessuti, ontem só para analisar o que diz o Deputado Pessuti em relação a essa crise. Estive em contato com pessoas, no final de semana, ligadas ao comércio de carnes e a questão, Deputado Pessuti, vai mais além. Tem a questão do desemprego. Nesse momento de crise, no momento em que o comércio vende pouco, aonde o real circula muito pouco, quem tem um bom emprego segura como pode. E o que estamos vendo nesse comércio de carne é que os proprietários de frigoríficos estão na iminência de demitirem seus funcionários porque não têm condições

de estabelecer o que chamamos na verdade, de uma concorrência por igual. A concorrência acaba sendo desleal.

Então, na verdade, ontem quanto trouxe essa preocupação ao Deputado Pessuti, o Deputado Pessuti, imediatamente, agilizou, quero passar isso para os demais companheiros para que façamos uma somatória de esforços para que consigamos isso que é um anseio, uma necessidade desse mercado específico no Paraná. É no sentido até de pedir, também neste aparte, no sentido também de pedir aos demais Deputados que apoiem o Requerimento. Porque se não vamos passar por uma crise muito séria, muito grave com centenas de famílias que vivem à custa da pecuária, desempregados.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Orlando Pessuti é de extrema importância o assunto que traz a esta Casa através do vosso Requerimento e o Deputado Ricardo Chab, tendo em vista que especialmente o Norte do Paraná, posso dizer de Cornélio a Apucarana fecharam, ou estão prestes a fechar todos os frigoríficos da nossa região, Jataizinho fechou esta semana, estive lá, a situação é complexa, não só pela paralisação da atividade, mas sobre tudo pelo desemprego que provoca. São pessoas, trabalhadores de cidades pequenas que não têm alternativa de buscar o seu sustento. E dado a isso é importante o Governo do Estado fazer sobre o setor frigorífico uma fiscalização para que paguem impostos, mas também é necessário reestabelecer o senso de justiça da cobrança dos impostos entre os demais Estados da Federação. E daí a oportunidade, a inteligência com que Vossa Excelência coloca no Plenário essas questões, e que nós tenhamos a sensibilidade na Secretaria da Fazenda e esta Casa possa por conseguinte dar o seu apoio e manifestar a preocupação.

E não adianta nada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo estar estabelecendo programas e centros pólos correios, onde amanhã sequer vamos ter como abater o nosso gado. É importante que nós tenhamos e possamos produzir a matéria prima em nosso Estado e não tenhamos que também estar importando do Mato Grosso, e de São Paulo.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Cesar Silvestri - Fiz um aparte Deputado Pessuti há dias atrás quando V.Exa. fazia um pronunciamento com relação à questão da Reforma Tributária, e disse que ficaríamos, tanto eu quanto V.Exa., numa situação extremamente complicada, até porque nós fazemos parte aqui na Assembleia do Bloco Municipalista e também

do Bloco Agropecuário.

E está aí mais uma questão que realmente nos coloca numa situação difícil. Quando de um lado nós devemos nos preocupar na Reforma Tributária, onde o Estado do Paraná perderia muito com a proposta feita pelo Governo Federal, também do outro lado se não for feito, se não for tomado as medidas por parte inclusive do Governo Federal na isenção do ICMS para os produtos de exportação, os produtos agrícolas, nós estaremos inviabilizando a agricultura para o futuro.

Da mesma forma ficamos nessa situação difícil no momento em que o Governo do Estado está com um comprometimento altíssimo na sua folha de pagamento, inclusive chegando aí a 83%, quer dizer, ele precisando de receita, e em contrapartida se ele não for sensível a esse apelo que Vossa Excelência faz, praticamente decreta a falência de um setor extremamente importante para o nosso Estado que é o setor dos frigoríficos que geram milhares de empregos em todo o Estado.

Então, quero mais uma vez salientar essa questão porque realmente vai ser um grande problema que vamos enfrentar e debater nos próximos meses aqui nesta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Tem razão Vossa Excelência, Deputado Cesar Silvestri, porque realmente foi desta forma que começamos o nosso pronunciamento. Estamos vivendo hoje um passar a limpo, um ajuste em todos os segmentos da sociedade: no setor produtivo primário, no setor industrial, no setor comercial, no prestador de serviços, os funcionários públicos, está aqui o pessoal aposentado preocupado com as transformações com que a Previdência pretende fazer no processo de aposentadoria, enfim, tudo isso. E é nessa hora evidentemente que nós vamos ter o grande discernimento para ajustarmos toda essa problemática. Assistimos aqui durante a semana essa problemática em torno da possível ajuda que prestaria o Governo à empresa INPACEL.

Ora, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei aqui cujo o projeto foi de autoria do Deputado Anibal Khury, sancionado pelo Governador Requião, prevendo justamente a concessão de benefícios a empresas do Paraná que quisesse vir aqui se instalar, mas também para aqueles que aqui estivessem, de forma que a gente não desse apenas, vamos dizer, a oportunidade do primeiro passo, mas que acompanhasse todos os passos dessas empresas; porque se é justo ajudarmos alguém que venha para cá, é justo também que algum mecanismo exista para socorrer aqueles que aqui estando se encontram em dificuldades.

Curitiba, quarta, em 30.08.95

É a situação agora dos nossos frigoríficos, investimentos que já foram feitos, alguns com apoio do Estado, outros com capital privado e que por um desajuste tributário nacional, por uma prática desleal de tributação, de alíquotas, nesse País, faz com que um setor se veja na eminência de quebrar. E em quebrando o prejuízo será maior para o Estado. Vossa Excelência colocou muito bem, o Deputado José Maria também lembrou, é necessário que se cobre o tributo, o Deputado Chab traz a nós a luz do desemprego que está começando que está começando a acontecer, neste setor, e Vossa Excelência coloca a perda de arrecadação que pode ter o Estado se conceder o benefício e com isso ter dificuldade maior para resolver os outros problemas, inclusive do salário reivindicado.

Mas o que percebemos é o seguinte: é que hoje, em função daquilo que vem acontecendo não se arrecada, daqui a pouco, nada, e não se arrecadando nada acaba quebrando o setor e no futuro nós teremos a galinha dos ovos de ouro, de repente, morta e não teremos mais a produção de ovos. E nesse caso é melhor agora se abrir uma concessão, perder um pouco de ICMS, talvez prejudicando até outros setores, mas garantindo esse e continuarmos recebendo alguma coisa.

Porque hoje, com alíquota de 12%, o que está acontecendo é a paralisação total da comercialização interestadual, prejudicando seriamente a comercialização interna. E evidentemente, se não tem comercialização não tem arrecadação, o que é pior!

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Pesutti, só mais um dado: no Governo Richa o Erasmo Garanhão era Secretário da Fazenda e reduziu para menos da metade a alíquota dos frigoríficos, foi o período em que mais se pagou e posso dizer que o município de Ibiporã teve, nos frigoríficos, uma grande fonte de arrecadação e de agregar o índice formador do ICMS.

Muito obrigado.

O Sr. Cezar Silvestri - Só gostaria, para complementar, de dizer que sou totalmente favorável à sua reivindicação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só para concluir, Senhor Presidente. Mais uma vez nós solicitamos aos nobres companheiros que nos ajudem aprovando esse requerimento. E que fiquemos atentos porque o momento é de grande discernimento, nós temos empresas que estão vindo ao Paraná, nós temos empresas no Paraná em dificuldades, nós temos o problema do funcionalismo público. Entendo que o Governador Jaime Lerner, sua equipe e nós, por conseguinte, porque fazemos parte de todo esse conjunto que é

responsável pelo gerenciamento político e administrativo do Estado, todos nós temos que ter o discernimento para nesse momento atendermos a todos estes setores, de uma forma que não venhamos a quebrar esse ou aquele setor ou tornarmos realmente insustentável a vida de outros.

Portanto o momento é de discernimento e que nós possamos ajudar a todos no Paraná, desde o servidor até o empresário, com medidas que possam ser feitas pelo Estado e que possam ser entendidas e aceitas pela população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - "Esta pobreza é inaceitável pois o luxo de uns poucos se converte num insulto contra a miséria das grandes massas. Essa pobreza é tanta que nos perguntamos como esta gente consegue viver." João Paulo II, retirada da Justificativa de renda mínima do Deputado Eduardo Trevisan.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, convidados que visitam a Assembléia Legislativa do Paraná.

Esta pobreza tem se acumulado ao longo dos anos e ao longo dos séculos da História brasileira. Esta pobreza se acumula enquanto governo após governo concede subsídios para empresas, estímulos, anistias fiscais, enquanto o trabalhador passa fome com seu baixo salário. É desempregado, os aposentados não conseguem renda suficiente para sobreviverem, no entanto essa política mantém, saindo um e entrando outro governo inalterada.

Nenhum desses governantes sejam estaduais ou federais, até o presente têm enfrentado a questão do subsídio e anistias fiscais e perdões fiscais em favor da classe trabalhadora que sempre é demitida, sempre tem seu salário massacrado e o dia em que se aposenta, que pensa que vai ter uma aposentadoria feliz, vive apertado, miseravelmente apertado.

Dito isto, eu quero dizer, no Congresso Nacional, cada vez que um parlamentar apresenta um pedido de informação este nem sequer é votado na plenária, cada vez que um parlamentar convoca um ministro de Estado, todos votam favoráveis porque isto é democracia e o ministro de Estado está lá para justamente explicar os seus atos e suas ações. Aqui no Estado do Paraná, nos meus quatro anos e meio de Deputado, volta e meia consigo ver os pedidos de informações derrotados inconstitucionalmente, ilegalmente e imoralmente e Secretário de Estado, se aprovado o requerimento, raramente ele se faz presente virando as costas para este Poder.

Se quisermos um governo democrático que vai fazer projeto de desenvolvimento do nosso Estado, de crescimento de empregos, que esses secretários venham cá nesse parlamento e nesse Poder expor e não como fez o líder do PTB, ora ausente do Plenário, de chamar a bancada do PT por querer explicações de miope ou de cega e eu poderia dizer que também existem os surdos e os piores são aqueles que não querem ouvir.

É democrática a presença de um Secretário e se nada deve, nada teme, não tem porque não se fazer presente.

Quero dizer também, ainda contrário ao Líder do PTB, que aceitarei apartes e aceitarei polêmicas.

O caso INPACEL é um caso simbólico para o nosso Estado. Simbólico porque foi a empresa primeira que se ofereceu, se existem Maizenas, Batavos e existem outras, que pena, que lamentável e a gente ficou sabendo de uma só, da qual estava deixando, mesmo que legalmente, de arrecadar 20%.

Enquanto isto o Governo faz proposta de Cidadão Nota Dez, para aumentar a arrecadação em cima dos pequenos, micros e médios empresários, esses sim vítimas da maneira que hoje é tocada a questão dos impostos em nosso País.

Esses sim é que tinham que ser estimulados, são eles que são responsáveis pela maioria dos empregos, pela maioria das arrecadações dos Estados e são responsáveis justamente por uma economia equilibrada, porque volta e meia um tipo Econômico ou um tipo INPACEL está em dificuldades e aí é socorrido, enquanto o pequeno, não seja ele a nível estadual ou a nível federal.

Nós queremos dizer que simbolicamente INPACEL está representando esse debate, empresa esta que foi construída no mercado financeiro e que deve sim hoje contribuir com seu 10% de ICMS para que se o Governo quiser estimular desenvolvimento, a economia o faça através dos pequenos empresários que tem sido vítimas nos últimos anos.

A bancada do PT ao solicitar a presença do Senhor Secretário, desejava uma exposição de qual o projeto, como um todo, e não nas suas partes ou na parte simbólica da chamada INPACEL.

Isto era o que desejávamos parece que nessa gestão vamos passar o tempo todo sem convocação de Secretário nenhum, lamentavelmente, porque democracia se faz com debate, democracia se faz com informação, não adianta dizer que salário do servidor público vai aumentar de acordo com a arrecadação, se o Governo não quer arrecadar porque para arrecadar tinha que ter suas coisas acabar com isenções e a segunda,

cobrar daqueles que sonegaram até agora que são os grandes sonegadores do nosso Estado e que o Governo tem peitado e cobrado desses sonegadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais pessoas que nos dão a honra com suas presenças e quero cumprimentar especialmente o Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, nosso declamador gaúcho, sei que vai ouvir as minhas palavras com atenção.

Senhores Deputados hoje, nós estamos vendo a manifestação dos professores do Paraná.

Venho na qualidade de Líder do PDT, procurar colocar uma posição do Governo e do nosso partido.

O Governador Jaime Lerner recebeu os professores no Palácio Iguagu e ficou por mais de três horas discutindo a questão salarial dos professores.

E o fazemos isso pelo respeito que temos à classe dos professores. Sabemos que esta manifestação não é contra o Governo Jaime Lerner, sabemos que é uma manifestação defasagem salarial que nos últimos anos aconteceu aqui no Paraná.

Os professores do Paraná sabem muito bem da capacidade do Governador Jaime Lerner de fazer multiplicar e de fazer acontecer.

Nós como disse o Presidente Fernando Henrique quando assumiu esse País, ele disse o seguinte: - nós vamos trabalhar por um Brasil ideal, mas por um Brasil possível, quer dizer nós também talvez não consigamos trabalhar por um Paraná ideal, mas vamos fazer esforços para transformar esse Estado no possível.

Tenho aqui Senhores Deputados alguns números. O Governo Jaime Lerner deu aos professores do Paraná um aumento de 35% e a inflação no decorrer desse ano foi uma inflação de 17,86%.

Todos nós sabemos que esse aumento não é suficiente, mas foi também aqui demonstrado, pelo Governo Jaime Lerner que o que quer é melhorar a qualidade da educação do Paraná, dar um salário digno aos professores do Paraná.

Os últimos Governos que passaram pelo Paraná, poucas vezes ultrapassaram os 65% permitido pela Constituição, este Governo desobedece a Constituição Federal, e tem gastado da sua receita 83% da sua receita. Não queremos dizer com isso, com este posicionamento, de que nós não precisamos melhorar os salários dos professores. O Governador com a sua sinceridade, ele colocou ao Sindicato dos Professores, a vontade que ele tem de melhorar o salário do

Curitiba, quarta, em 30.08.95

funcionalismo público do Estado do Paraná, e nós estamos fazendo esse esforço, demonstrando a todos os paranaenses, procurando arrecadar mais para pagar mais aos funcionários. E temos dado passos importantes para melhora da qualidade de ensino do Paraná, como por exemplo estamos e vamos implantar no Paraná a Universidade do Professor, a qual tenho orgulho que esta Universidade do Professor vai ser implantada na região que represento. Vai ser algo inédito a nível de País e tenho certeza absoluta que vai ser um programa que virá de encontro às necessidades da melhora da qualidade de ensino do Paraná.

Não adianta Senhores Deputados, trabalharmos com a demagogia. Não adianta querermos aqui dar aumentos como outros Estados da Federação deram e agora não estão cumprindo com os seus compromissos. Trago aqui um exemplo que cabe aqui a nós paranaenses, que é a questão do Estado de Pernambuco. Todos nós reconhecemos e temos, no Governador Miguel Arraes, um homem preocupado com as questões sociais e mesmo o Governador Miguel Arraes que tem essa preocupação social reconhecida por muitos dos políticos brasileiros, o Governador Miguel Arraes teve que decretar a moratória do seu Estado, por não poder cumprir os compromissos de folha de pagamento. Seria muito fácil e até irresponsável, do Governador Jaime Lerner, hoje na hora da negociação, assumir um compromisso que nós não teríamos certeza de poder ser cumprido, mas o Governador Jaime Lerner disse claro que todo aumento de arrecadação desse Estado vão ser passados 50% ao salário do funcionalismo público.

Isto é uma demonstração dos aumentos que foram dados com esses números que já coloquei e também esta colocação que nem um governo teve a coragem de colocar claramente como proposta de política salarial ao funcionalismo público. Tenho certeza absoluta de que as colocações que faço aqui, são para esclarecer. Não é para afrontar a manifestação dos professores que têm todo apoio da bancada do PDT, porque somos os primeiros a reconhecer a necessidade, mas tenho certeza absoluta, ao finalizar essas palavras, dizer a todos os funcionários públicos do Paraná que o Governo Jaime Lerner vai dar avanços substanciais e temos certeza absoluta que, ao final deste governo, os funcionários públicos e os professores terão um salário digno do seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2465, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para a apreciação de matérias aprovadas em 1ª discussão ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece normas para abate de animais ao consumo e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDA DA C.A.I.C.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de agosto de 1995. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/95, de autoria do Ministério Público-Procuradoria, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. **PARECERES**

FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/95, de autoria do Ministério Público-Procuradoria, que fixa o vencimento do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento mensal de cargos de Auditor, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e do Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1º de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de nº 01 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 309/95
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO Nº 01

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de agosto de 1995, em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos), na forma do artigo 16, da Lei nº 4.584, de 27 de junho de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º da Lei nº 5432, de 23 de dezembro de 1966.

Art. 2º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná fica fixado, a partir de 1º de agosto de 1995, em R\$ 2.674,08 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oito centavos).

Parágrafo Único - O vencimento básico mensal dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná é fixado em percentual não superior a 5% (cinco por cento) de diferença em relação aos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.

Art. 3º - O vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fica fixado, a partir de 1º de agosto de 1995, em R\$ 2.674,08 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oito centavos).

Parágrafo Único - Ao vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Paraná aplicar-se-á a regra estabelecida no parágrafo único do artigo 2º desta Lei.

Curitiba, quarta, em 30.08.95

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, mantidas as disposições dos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.092 de 05 de outubro de 1992.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.95

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Antônio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Algaci Túlio.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a adoção da tabela e reajusta, conforme específica, a partir de 1º de agosto de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/93, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, que cria o Município de Goioxim, desmembrado do Município de Cantagalo, com áreas dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122/93, de 13.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/93

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti que cria o Município de Goioxim, desmembrado de Cantagalo, com área dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga.

A matéria já foi anteriormente analisada por esta Comissão, com parecer favorável, porém, aguardava resultado do plebiscito.

Diante do exposto e contando com o resultado, onde consta a vontade da maioria da população opinando favoravelmente pela criação do referido município, o presente projeto de lei pode seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Curitiba, quarta, em 30.08.95

vel.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao art. 1º da Resolução nº 48/94. (Plebiscito - Município de Bom Jesus do Sul). PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 52, de 17.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução nº 022/95 de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, objetiva dar nova redação ao artigo 1º da Resolução nº 48/94, para sanar incorreções contidas no Memorial Descritivo da área, autorizando a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão.

Suprimidas as omissões convertidas em diligência, entendemos agora, que a presente proposição atende a todos os requisitos, por isso, julgamos que a matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao art. 1º da Resolução nº 001/92, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 79, de 27.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/95

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade sanar incorreções nas divisas e confrontações, constantes do memorial descritivo integrante do art. 1º, da Resolução nº 001/92, em conformidade com a nova descrição da área a ser emancipada, fornecida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não há óbices a normal tramitação da matéria.

tação da matéria.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2461, de autoria do Senhor Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2469, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2462, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2463, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2464, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2466 e 2467, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2468, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2472, de autoria do Senhor Deputado José Marcos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2473, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2474, 2477 e 2478, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2480, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Lei nºs: 008 e 241/95.

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 266, 287, 310 e 320/95;

e do Projeto de Resolução n° 045/95.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 31, às dez horas, com a seguinte

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/93;
e dos Projetos de Resolução n°s: 022 e 029/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 278, 286, 292 e 330/95.

Levanta-se a sessão.